



**CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**  
**CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS**  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO

**Parecer Técnico Conclusivo nº 01/2016/CTCOB/CNRH/MMA**

**Assunto:** Proposta de Resolução que *“Altera o percentual de repasse referente à cobrança pelas águas transpostas da Bacia do rio Paraíba do Sul para a Bacia do rio Guandu”*.

**1. Histórico**

**1.1.** O Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - CEIVAP, por meio da Carta 069/2015/SEC-CEIVAP, solicitou ao CNRH a prorrogação do critério referente aos mecanismos e valores de cobrança das águas transpostas da Bacia do rio Paraíba do Sul para a Bacia do rio Guandu até o final de 2017. Assim, solicitaram a prorrogação do prazo previsto na Resolução CNRH 162/2014 por dois anos.

**1.2.** Na análise da 92ª reunião da CTCOB, deliberou-se que a Secretaria Executiva do CNRH encaminhasse ofício ao CEIVAP, o que ocorreu por meio do Ofício nº 17/2016/CNRH/SRHU/MMA, para que seu plenário deliberasse sobre os mecanismos e valores transitórios e informasse o prazo para deliberar sobre a revisão dos mecanismos e valores, contidos no Art. 7º e seu parágrafo único, do Anexo I da Deliberação CEIVAP 218/2014, aprovados pela Deliberação CNRH nº 162/2014.

**1.3.** A Secretaria Executiva do CNRH recebeu, no dia 24 de maio de 2016, a Carta nº 031/2016/SEC-CEIVAP, encaminhando a Deliberação CEIVAP nº 233, de 09 de maio de 2016, que *“Altera dispositivos referentes à cobrança pelas águas transpostas da Bacia do rio Paraíba do Sul para a Bacia do rio Guandu”*, e solicita que sejam tomadas as devidas providências.

**1.4.** Estavam presentes na 93ª reunião da CTCOB, ocorrida nos dias 05 e 06 de julho de 2016, representantes das diretorias do Comitê Guandu - RJ e CEIVAP.

**1.5.** Estavam igualmente presentes, membros da Comissão Especial Permanente de Articulação CEIVAP e Comitê Guandu, responsáveis pelo processo de negociação de reavaliação dos mecanismos e valores de cobrança pelo uso das águas transpostas para a Bacia do rio Guandu, instituído conforme Deliberação CEIVAP 52/2005, alterada pelas deliberações CEIVAP n. 196/12, 201/12 e 203/13.

**2. Análise**

**2.1.** O pleito foi analisado pela CTCOB, nos termos da Lei 9.433/97 e Lei 9.984/2000, art. 4º, inciso VI e da Resolução CNRH nº 48, de 2005, art. 6º, inciso IV.

**2.2.** Foi questionada por alguns dos membros da CTCOB, a ausência de nota técnica da Agência Nacional de Águas – ANA para subsidiar as discussões, por entender que se tratava de proposta de cobrança.

**2.3.** Parte dos membros da Câmara, após ouvir os representantes das diretorias de ambos os comitês, entenderam que a situação apresentada era peculiar, tendo em vista que não se



**CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**  
**CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS**  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO

trata de revisão de mecanismos e valores incidentes sobre usuários de água bruta e sim, um pacto negociado entre os dois comitês quanto ao percentual de repasse da cobrança pelas águas transpostas da Bacia do rio Paraíba do Sul para a Bacia do rio Guandu. O referido pacto está embasado pelas Leis 4247/2003 e 5234/2008 do Estado do Rio de Janeiro.

**24.** Após debate e não havendo consenso, o Presidente colocou em votação duas propostas de encaminhamento:

- I. Prosseguir o rito de análise da matéria, sem solicitar nota técnica à ANA.
- II. Solicitar à Secretaria Executiva do CNRH que providencie junto à ANA, a elaboração de nota técnica.

**25.** A votação teve o seguinte resultado: quatro votos para o encaminhamento I, três votos para o encaminhamento II e três abstenções.

**26.** A matéria foi apreciada, concluindo que os artigos 1º e 2º da Deliberação CEIVAP nº 233/2016 não apresentam clareza quanto aos prazos de vigência estipulados. O prazo do Art. 1º se refere à manutenção dos 15%, enquanto que o Art. 2º, trata da vigência do novo percentual aprovado de 20%.

**27.** Em observância ao item 2.6, foi elaborada minuta de Resolução com redação que facilita a compreensão da matéria.

**28.** Ao final da análise pela CTCOB, a proposta de minuta de resolução foi colocada em votação e teve o seguinte resultado: seis votos a favor, um contra e três abstenções.

### **3. Conclusão**

**3.1.** Desta forma, a Câmara recomenda a aprovação, pelo Plenário do CNRH, da minuta anexa de Resolução, após análise pela CTIL.

Este é o parecer

Em, 06 de julho de 2016.

  
**EDUARDO S. RIBEIRO DANTAS**  
Presidente da CTCOB